

O Estado cria as condições para o desdobramento pleno da ciência como força produtiva, e é justamente esta ação do Estado, sua política científica, que o legitima como forma moderna de poder. Entretanto, as sociedades dependentes não têm meios e recursos humanos suficientes para desenvolver um nível tecnológico equiparável ao das metrópoles. A política científica do Estado periférico tem um carácter mais simbólico que real, ele, Estado, cria instituições, centros de pesquisa, promove a formação de recursos humanos, mas o resultado não realimenta o próprio sistema econômico, cuja dinâmica é controlada pelas multinacionais, pelo know-how.

Por outro lado, nas sociedades dependentes, também a ciência é força produtiva, mas aqui apresenta uma nova qualidade. Como o capitalismo monopolista de Estado de fato preserva seu monopólio sobre a força produtiva, ele submete outras nações - com auxílio da ciência - aos seus interesses. E nestes termos que ciência como força produtiva torna-se instrumento de manutenção da dependência.

Tal como aponta Bárbara Freitag\* no prefácio, estes são os dois temas centrais do livro: a autora mostra como se articulam estes 2 aspectos da política científica no caso brasileiro; analisando como se manifesta a dependência, desde suas origens históricas, até suas formas de concretização no atual modelo brasileiro.

A autora após fazer uma revisão crítica da literatura da sociologia da ciência, faz uma análise da política científica no Brasil, dividindo-a em três fases que assinalam, a seu ver, mudanças significativas nas medidas estatais de apoio ao sistema científico, que por sua vez, se articulam com transformações estruturais da sociedade brasileira.

São elas:

- 1º - da fase colonial até início da década de 50, caracterizada pela ausência de uma política científica propriamente dita.
- 2º - de 1950 até início de 60; fase onde se dá a institucionalização da política científica, porém ainda caracterizada por me-

---

(\*) Este trabalho de Regina Morel foi realizado originariamente como tese de mestrado em Sociologia e orientado por Bárbara Freitag.

didas descontínuas, sobressaindo-se a criação do CNPq, e da CAPES.

3º - de 1960 até meados da década de 70 quando a política científica se integra no planejamento global do Estado.

O livro contém também um capítulo sobre ciência subdesenvolvida e outro sobre política nuclear, que constituem uma contribuição teórica e empírica indispensável para a compreensão do fenômeno da dependência.

Assim, "Ciência e Estado - A política científica no Brasil", vem contribuir para a reflexão e debate que ora se intensificam na comunidade científica brasileira. Contribui para uma maior compreensão das estruturas e dos dinamismos que regem a constituição da ciência no Brasil e a elaboração da política científica do Estado nas últimas décadas, analisando como a ciência assume o caráter de força produtiva, poder e ideologia, demarcando as diferenças no caso de um Estado dependente como o Brasil e nas metrópoles.

"... A ciência no Brasil sempre dependeu da boa vontade do "déspota esclarecido": no último período, sobretudo, a política científica tem sido implementada de cima para baixo, através de medidas tecnocráticas de gabinete, cabendo à "comunidade científica" o papel de espectador passivo, e muitas vezes "deslumbrado" e agrado decido....

Louvado como portador do futuro, endeusado por sua capacidade criativa, o cientista se vê - à medida que se intensifica a política científica - cada vez mais observado, controlado, vigiado, por todo um aparato público e privado a quem tem que prestar contas, justificar seus interesses de pesquisa, obedecer a prazos rigidamente estipulados....

E muitas vezes o próprio cientista não percebe as razões disso: ou sonha com a volta à "torre de marfim" (que nunca existiu) ou, acha que seu esforço, sua cultura, seu saber ainda não estão recebendo o devido apreço pela sociedade em geral, e pelas entidades financiadoras em particular. No entanto, para além dos queixumes de quem se sente alijado dos centros de decisão, bem como da retórica que cerca tanto a atividade científica em si, como as políticas estatais no setor, é preciso investigar o complexo sistema de relações sociais em que esta prática se insere" (Morel, pag 139).

Sônia Salem; Vera L.L. Soares  
Instituto de Física-USP